



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
PL 3453/08 - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Apresentação: 21/08/2019 20:47

RIC n.1092/2019

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2019
(Comissão Especial do PL 3453/08 – Parcerias Público Privadas)

Requer informações ao Ministro da Economia sobre o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, sejam solicitadas informações ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, sobre o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), previsto na Lei n.º 12.712, de 2012, nos seguintes termos:

1. Listagem das operações garantidas e contra-garantidas pelo Fundo, com os respectivos valores e modalidades, dos últimos quatro anos;
2. Listagem das operações acionadas pelo parceiro privado, com seus respectivos valores e fundamentos, dos últimos quatro anos;
3. Variação do volume financeiro do patrimônio do Fundo, especificando tipo de integralização, rentabilidade e aportes efetuados dos últimos quatro anos.

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) foi constituído em fins de 2014 pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), com base na Lei n.º 12.712, de 2012. O Fundo possui natureza privada e patrimônio próprio, separado do patrimônio dos cotistas e da administradora, estando sujeito a direitos e obrigações próprias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL
PL 3453/08 - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Apresentação: 21/08/2019 20:47

RIC n.1092/2019

A finalidade do Fundo é oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para quaisquer riscos relacionados às operações de infraestrutura e de parcerias público-privadas (PPPs), principalmente. O FGIE deve atuar de forma complementar ou suplementar ao mercado segurador e ressegurador, oferecendo capacidade adicional para assunção de riscos não absorvidos, parcial ou integralmente, pelo mercado.

Os dados ora solicitados são de suma importância para os trabalhos desta Comissão Especial, que visa estabelecer novo marco legal para concessões, PPPs e fundos de investimentos em infraestrutura. Desta forma, aprovou o Requerimento 10/2019 na Reunião Ordinária de 21/08/2019 e solicita à Mesa da Câmara dos Deputados seu encaminhamento ao Ministério da Economia.

Sala das Reuniões, em 21 de agosto de 2019.

Deputado JOÃO MAIA
Presidente